

LEITURAS SOBRE A PRÁTICA DA AUTOCONSTRUÇÃO NA FORMAÇÃO DAS PERIFERIAS DE UMA SÃO PAULO EM METROPOLIZAÇÃO

Daniel Manzione Giavarotti
Pós-doutorando em Filosofia
E-mail: dmgiavarotti@gmail.com

RESUMO: Em nossa apresentação pretendemos apresentar de maneira mais sistemática o debate que se deu nas ciências sociais a partir da década de fins da década 1960 sobre a prática da autoconstrução, dialogando com as interpretações canônicas provenientes do debate marxista acerca desta particularidade da reprodução dos trabalhadores assalariados urbanos, sujeitos sujeitados ao processo de periferação que caracterizou a metropolização de São Paulo no contexto de modernização retardatária (Kurz, 1993).

PALAVRAS_CHAVE: Modernização retardatária; Periferia; Autoconstrução.

GT 9: “A produção do urbano: abordagens e métodos de análise”

1 INTRODUÇÃO

A crise do momento regional da acumulação de capital teve como seu sentido fundamental a produção de mercadorias forças de trabalho e a aquisição de sua mobilidade, visando impulsionar a acumulação de capital internamente ao território do Estado nacional em formação. Ou seja, a autonomização das categorias de terra e trabalho foi fundamental na constituição de um mercado de trabalho de dimensão nacional, criando também as condições para a formação do aparato estatal como instância monopolista do exercício da violência extra econômica, antes também exercida por particulares na forma da Guarda Nacional (cf. Toledo, 2008). Será a autonomização entre terra e trabalho promovida pela mobilização para o trabalho (Gaudemar, 1977) que dará ensejo ao já reconhecido fenômeno das migrações internas, como exercício da liberdade contraditória (Gaudemar, 1977) experimentada pelos milhares de proprietários da mercadoria força de trabalho que neste processo irão reconfigurar o território do Estado nacional em formação, seja como trabalhadores simples ou complexos (Gaudemar, 1977).

São Paulo se consolidou como o polo moderno do território nacional, ao “atrair” a maior parte das forças de trabalho produzidas pela crise das regiões. O incremento populacional ocorrido em São Paulo desde então, chegando ao paroxismo entre as décadas de 1960-1970, quando alcançou um saldo migratório positivo de 2.030.374 (cf. Baeninger, 2011) migrantes, impulsionando a modernização das relações de

produção, tinha como régua normativa a incorporação dessa massa de expropriados como trabalhadores assalariados e sujeitos do direito. No entanto, a particularidade da modernização retardatária (Kurz, 1993) brasileira foi determinante para que os trabalhadores urbanos e suas famílias viessem a se tornar os móveis do processo de metropolização de São Paulo por meio de relações não juridificadas e não assalariadas, contrariando as promessas modernizadoras, notadamente em seus territórios de reprodução, ou seja, as periferias autoconstruídas.

2 O PROCESSO PRODUTIVO DA CASA AUTOCONSTRUÍDA

Salvo engano, pode-se atribuir ao arquiteto Sérgio Ferro, em seu artigo *A produção da casa no Brasil* ([1969] 2006), a primeira tematização de cunho marxista acerca das particularidades presentes no processo de construção da “casa popular” (Ferro, 2006). Neste artigo, o autor decompõe em oito pontos aqueles aspectos que considera centrais para uma análise crítica da produção da casa popular, a saber: 1) Construtor; 2) Materiais; 3) Técnica; 4) Produto; 5) Uso; 6) O valor de uso social; 7) A pequena propriedade e, por fim, 8) Baixa de salários.

Segundo Ferro, a partir de pesquisa realizada à mesma época por Carlos Lemos e Maria Ruth Sampaio o construtor da casa popular era, em fins da década de 1960, majoritariamente, o seu proprietário. A construção da casa era realizada junto “com filhos ou a mulher, raramente em mutirão [...] nos fins de semana, feriados ou férias” (Ferro, 2006, p. 61). Seu construtor contava com os materiais “de menor preço”, tijolos e telhas de barro produzidas em “olarias neolíticas”, sendo a escolha dos materiais orientada também pela sua disponibilidade em áreas próximas ao lote “para evitar o transporte oneroso”. Fazia-se necessário também que os materiais pudessem ser comprados em parcelas, acorde às “reservas de cada salário” ou possibilitada pelo “crédito do depósito suburbano”; por fim, deveriam responder à ausência de qualquer “exigência técnica especial no [...] emprego” destes materiais. Em suma, os materiais utilizados resultavam do “baixo nível de consumo permitido por seu salário” (Ferro, 2006, p. 62). No que diz respeito às técnicas utilizadas pelo construtor, Ferro as identifica como parte do “conhecimento popular quase espontâneo [...] prática compatível com nenhuma especialização” (Ferro, 2006, p. 62). Na medida em que “dispõe do tempo parcelado” encontra-se constrangido a aderir ao “empilhar de tijolos” na construção de sua casa. Neste particular Ferro a qualifica expressamente como “técnica pré-histórica” (2006, p. 63).

Frente a tais condições, o produto resultante deste processo “é o utensílio abrigo puro e elementar dotado exclusivamente do indispensável”, em sua maior parte contando com apenas um quarto e excepcionalmente com dois cômodos a mais, que servem ao atendimento “franco e imediato” do trabalhador e sua família. No que se refere ao uso da moradia, Ferro reconhece que o trabalhador não busca nada além da “proteção contra chuva e frio, espaço e equipamentos suficientes para o preparo de alimentos e descanso” (Ferro, 2006, p. 63). Donde o autor desdobra que o morador estabelece com seu produto

a relação direta e *não mediatizada*, como só surge entre homem e seu instrumento de trabalho pessoal. *Não é envolvido por qualquer fetiche*, usa simplesmente, sem mistério ou respeito exagerado. A casa é feita para servi-lo e serve-se naturalmente dela (Ferro, 2006, p. 63 – grifo nosso).

Deriva daí, a partir de Karl Marx, a ideia de que não somente o sujeito produtor constrói um objeto correspondente às suas necessidades, mas que dialeticamente tal objeto produz seu sujeito, determinando um “modo de usar” (Ferro, 2006, p. 63).

Desta maneira, Ferro afirma que o atendimento às necessidades vitais determinadas “por pressões econômicas, atinge o social” (Ferro, 2006, p. 64), na medida em que tal processo de produção das casas se torna a forma dominante e “quase universalmente” válida entre a classe trabalhadora. Em outras palavras, o valor de uso particular representado pelas moradias autoconstruídas por operários, constringidos pela “satisfação única de imperativos vitais elementares”, alcança seu caráter de “valor de uso social entre os danados da terra”, já que a ausência de “idiossincrasias” e “particularização” na produção destas moradias expressa a universalidade da classe, não obstante resultar de uma “forma de produção artesanal e arcaica”. Em outras palavras, Ferro (2006) parece chamar a atenção para o fato de que a universalidade do trabalho personificada pela classe operária se manifesta na materialidade das moradias produzidas e no “modo de usar” daí decorrente, uma vez que estes dois últimos “evidenciam a classe” (Ferro, 2006, p. 63). Salvo melhor interpretação, é como se o *trabalho humano sans phrase* (cf. Marx, 1985), lido pelo autor em sua aparente positividade ontológica, ganhasse concretude por meio da materialidade da casa popular, já que não parece guardar quaisquer idiossincrasias ou particularizações, alcançando algo como uma identidade de classe ancorada em um modo de vida, ainda que, para o autor, as relações de produção aí implicadas, em seu primitivismo, sejam a própria negação da universalidade da classe.

Como resultado deste processo de produção da moradia o trabalhador vai sendo alçado à “categoria do ‘pequeno proprietário urbano’” (Ferro, 2006, p. 65), donde o rendimento destinado à sua reprodução e de sua família provenientes da venda de sua força de trabalho vai paulatinamente mesclando-se àqueles obtidos por meio da mobilização de sua propriedade. Segundo o autor, em lógica oposta ao “funcionamento habitual da economia capitalista”, a produção da casa popular, respondendo às necessidades do trabalhador, é presidida pelo qualitativo, pelo valor de uso. Uma vez que tal produção torna-se excedente, por exemplo na construção de um novo cômodo no lote, dispensável pela família, este termina por ser “empregado como valor de troca”, permitindo ao morador realizar “o pressuposto de suas aspirações de ascensão à “categoria dos ‘pequenos proprietários urbanos’” (Ferro, 2006, p. 65).

Nesse sentido, o construtor/morador encontra-se negando a universalidade potencial do trabalhador coletivo, e a “solidariedade orgânica e coletiva fruto do trabalho comum”, já que se dedica a enfrentar sua situação de miséria isoladamente. Segundo o autor, reproduz “a miniatura frustrante do lar burguês” em busca da superação do atendimento às suas necessidades imediatas, afirmando “sua admissão a pequeno burguês senhor de capitalzinho” (Ferro, 2006, p. 66). Em outras palavras, se para Ferro (2006) as condições

generalizadas de produção da casa popular pelos próprios trabalhadores e suas famílias, presididas pelo valor de uso para suprir suas necessidades vitais elementares, produzem uma universalidade das condições entre seus pares, a condição de pequeno proprietário urbano resulta na negação desta potencial identidade, inibindo que a classe trabalhadora venha a se tornar classe para si, portadora de um projeto revolucionário. Por fim, a dedicação do trabalhador, auxiliado por familiares e/ou vizinhos, na construção de sua moradia, alcançada por meio de “nada, mil ‘jeitinhos’, economizando na já magra mesa” (Ferro, 2006, p. 66) incidiria num “abaixamento relativo dos salários, sempre determinados pelo custo menor do absolutamente indispensável à sua manutenção” (Ferro, 2006, p. 66). Para tanto o autor se vale de informações produzidas pelo DIEESE recolhidas no *Boletim Informativo* de janeiro de 1968, onde se pode atestar que o custo destinado ao aluguel médio de casas em São Paulo estaria na faixa dos NCR\$ 174,19, enquanto que o decreto estatal que regulava o salário mínimo àquela época reservava a quantia de apenas NCR\$ 34,65 para a cobertura do custo relativo à moradia. Tal descompasso entre os dados produzidos por um organismo voltado à defesa dos interesses da classe trabalhadora e aqueles oficiais do Estado confirmaria, para Ferro (2006), que a estratégia da autoconstrução mobilizada pelos trabalhadores justificaria um rebaixamento salarial promovido pelo Estado. Voltaremos a isso.

3 DO PROCESSO PRODUTIVO DA CASA À ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Em seu artigo seminal *Crítica à razão dualista* ([1972] 2003), o sociólogo Francisco de Oliveira irá retomar a discussão acerca da autoconstrução, informado das pesquisas de Ferro, mas também daquelas de Rodrigo Lefebvre, como se pode conferir em outro artigo seu escrito quarenta anos depois, *O ornitorrinco* (2003), buscando inserir tal estratégia de reprodução numa problemática de âmbito nacional, uma vez que seu escrutínio revelava importantes nexos com os dilemas da famigerada formação nacional brasileira. A interpretação de Oliveira em torno da autoconstrução apresenta muitos pontos de contato com aquela produzida por Ferro, primeiro porque estava informado de suas descobertas de campo e em segundo lugar porque partilhava com ele uma determinada aclimatação das contribuições de Marx para compreender o capitalismo brasileiro (cf. Schwarz, 1999).

Para Oliveira (2003), na medida em que a produção da casa resulta de um processo de trabalho no qual se encontra ausente o assalariamento e onde, semelhante à maneira como Ferro (2006) a apresentou, não tem como finalidade a acumulação de capital, mas o atendimento às próprias necessidades daquele que a constrói, portanto, seu valor de uso, sua leitura vai no sentido de diferenciá-la, em sua aparente autossuficiência, como um modo de produção não-tipicamente capitalista. Donde se deduz seu caráter arcaico, asseverado pelo autor quando assinala que o processo de produção da casa procederá da prática do mutirão como a maneira pela qual a “economia rural resolvia o problema da habitação [transportada] para a cidade” (Oliveira, 2006, p. 69). Menos preocupado com a pormenorização dos materiais, das técnicas e dos métodos empregados, para Oliveira (2003, 2006) a caracterização da autoconstrução como resultante

de mutirões já lhe parece suficiente para o desdobramento de sua interpretação sobre a formação do capitalismo brasileiro, sob pena de perder determinados nexos apresentados por Ferro (2006) que para nós será importante retomar e discutir mais à frente.

A partir dessa primeira compreensão do processo de autoconstrução, Oliveira (2003) se dedicará a apresentar a maneira como decifra os nexos que tal prática reprodutiva estabelece com o processo de acumulação de capital em escala nacional. Não obstante chegar a um resultado semelhante àquele de Ferro (2006), reconhecendo que a autoconstrução funcionava como um expediente de rebaixamento dos salários dos trabalhadores, seu percurso crítico e interpretativo almeja atingir elos que estariam encobertos sob o preço do aluguel dos imóveis e a regulação do salário mínimo pelo Estado. Para o autor a construção da casa realizada pelos trabalhadores assalariados, em seus tempos livres objetivava-se socialmente como tempo de trabalho. Vejamos.

Oliveira (2003) parte da análise do custo de reprodução da força de trabalho, como apresentada por Karl Marx em *O Capital* ([1856]1985), para derivar daí a leitura de que a prática da autoconstrução se configuraria como expressão de um tempo de trabalho não pago pelo capitalista ao trabalhador. Em outras palavras, dado que a jornada de trabalho está dividida em tempo de trabalho necessário à reprodução do trabalhador e tempo de trabalho excedente, também produzido pelo trabalhador mas apropriado pelo capitalista na forma da mais-valia, Oliveira (2003) deduz que a impossibilidade de acessar moradia por meio de aluguel, desdobrando-se na adesão involuntária à autoconstrução em loteamentos periféricos, confirmar-se-ia como prova cabal de que uma parte do tempo de trabalho necessário à reprodução do trabalhador vinha sendo “usurpada” (cf. Marx, 1985, p. 250) pelo capitalista. Ou seja, o tempo de trabalho objetivado na autoconstrução da casa, ao contrário de estar incluído no salário pago ao trabalhador, o que teoricamente lhe permitiria acessar moradias já oferecidas pelo setor da construção civil, era subtraído ao mesmo e vertido sobre seu tempo de descanso, exigindo-lhe trabalhar além de sua jornada de trabalho habitual. Frente a isso Oliveira não hesita em identificar o tempo destinado à produção da casa como “sobretabalho” (Oliveira, 2003, p. 59), já que funcionaria como uma parte do tempo de trabalho necessário à reprodução do trabalhador realizado além dos muros da fábrica, caracterizando a forma absoluta de exploração do trabalho, porque fundada na extensão da jornada de trabalho. Até aqui estaríamos em uma seara análoga àquela de Ferro (2006) quando discute o rebaixamento dos salários, ainda que o nexo do tempo de trabalho socialmente necessário, como sugere Oliveira, não estivesse evidentemente claro em sua argumentação.

O momento que, de nosso ponto de vista, as interpretações de Oliveira (2003) e Ferro (2006) se diferenciam, é quando o primeiro, declaradamente informado acerca do debate sobre o *desenvolvimento desigual e combinado* (cf. Schwarz, 1999), sugere que o sobretabalho fetichistamente objetivado na casa autoconstruída não seria apenas desdobramento de uma superexploração em âmbito produtivo, mas resultaria em funcionalidade para a reprodução do capital, na medida em que permitiria que os custos com

capital variável (no caso os salários) necessários à reprodução ampliada das empresas pudessem ser rebaixados astuciosa e dissimuladamente pela classe dos capitalistas de forma a apropriarem-se de taxas maiores de mais-valia.

Como se pode ver, o caminho sugerido por Oliveira indica que os processos ocorridos internamente às unidades produtivas se desdobram em âmbito reprodutivo, ao mesmo passo que as práticas reprodutivas dos trabalhadores também determinam os termos da acumulação de capital das empresas. Em outras palavras, a dialética reivindicada por Oliveira (2003), aquela do desenvolvimento desigual e combinado, assevera que a forma particular adquirida pelo assalariamento e a acumulação dos capitais privados reproduzem o atraso, a autoconstrução, como seu par dialético necessário; enquanto que a relação de produção implicada na autoconstrução da casa retroalimenta a forma de ser dos setores capitalistas modernos. Em suas próprias palavras, “a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” (Oliveira, 2003, p. 60). Na medida em que a modernização brasileira resultaria de um processo de internalização do processo de decisões (cf. Oliveira, 2003a), a dialética entre o novo e o arcaico (o tipicamente e o não-tipicamente capitalista) deitaria suas raízes em projetos políticos que institucionalizariam as regras do jogo, definindo os termos das relações. A tradução política dos interesses econômicos das classes em pugna é o que essencialmente define os rumos e os termos da modernização. Em outras palavras, apesar da autoconstrução parecer resultar de uma dialética interna da contradição entre acumulação de capital e reprodução do trabalho, a institucionalização desta relação, por meio da criação do salário mínimo realizada pelo Estado em 1937, ao rebaixar o valor destinado à moradia na cesta da classe trabalhadora foi o que determinou, em última instância, os termos da reprodução dos trabalhadores e a expansão da autoconstrução. A própria negação que Oliveira faz da ideia de estratégia de sobrevivência como forma de qualificar a autoconstrução, atribuindo tal conceito a “certa antropologia” (cf. Oliveira, 2003b, p. 131) revela algo da “primazia da política” (Pollock *apud* Postone, 2014) que informa seu esforço reflexivo. Dizer que o recurso à estratégia de sobrevivência resulta de certa antropologia não deve nos desautorizar a reconhecer que elas são momento necessário da mobilidade do trabalho (cf. Gaudemar, 1977) e da própria reprodução do capital, como veremos de modo mais incisivo nas contribuições de Éder Sader para este debate.

3 MOBILIDADE DO TRABALHO, FAMÍLIA E AUTOCONSTRUÇÃO

Como se pode conferir, no caminho interpretativo de Oliveira (2003a; 2003b; 2006) sobre a autoconstrução, não apenas o primado da política se afirma de forma incontestada, como está ausente uma consideração mais detida sobre a presença da unidade familiar no processo de autoconstrução da casa. De modo a incorporar as contribuições de Éder Sader para pensarmos neste problema particular faremos uma breve digressão teórica sobre a relação entre a aquisição da mobilidade do trabalho e o processo de formação do trabalho como forma de mediação social (cf. Postone, 2014).

A aquisição da mobilidade do trabalho é momento fundamental da constituição do homem como “sujeito do valor” (cf. Scholz, 1992), porque sujeitado ao trabalho e, simultaneamente, da família, constituindo aquilo que Scholz (1992; 2000; 2010) define como esfera “cindida” ou “dissociada”. Em linhas muito gerais o conceito de “valor-cisão” ou “valor-dissociação”, refere-se ao fato de que, para a sociedade produtora de mercadorias “se [apoiar] sobre seus próprios pés” (Marx, 1984, p. 262), num sentido distinto daquele que lhe atribui Marx quando discute a colonização, e se reproduzir ampliadamente, deve constituir um campo de relações sociais que não podem ser exatamente “cobertas com o conceito abstracto de trabalho” (Scholz, 2000, p. 4).

O conjunto do relacionamento social no capitalismo [...] não se determina somente pelo auto-movimento fetichista do dinheiro e pelo carácter de fim em si do trabalho abstracto. Pelo contrário, verifica-se uma “dissociação” (Scholz, 2000, p. 4).

O que está aqui dissociado é a abstração (real e teórica) que se faz da distensão temporal inerente ao próprio processo de reprodução do trabalhador e de sua família que consistiria, só para elencarmos alguns exemplos, na feitura das refeições, na lavagem das louças, na arrumação da cama recém-bagunçada pelo sono da noite anterior, no cuidado e amor devotado aos filhos e seu disciplinamento, na faxina da casa, na varreção diária para que a casa não se torne inabitável, no relacionamento amoroso, na reposição da população trabalhadora disponível ao capital, enfim... Poderíamos prosseguir numa miríade de tarefas destinadas à manutenção do lugar de moradia e da família que garantem ao trabalhador recompor suas energias para acordar como expropriado no outro dia e se alugar ao capital. Com isso queremos sublinhar o fato de que às mercadorias necessárias à reprodução do trabalhador correspondem certas práticas domésticas particulares que exigem tempo para serem realizadas. Não basta que a carne esteja contemplada na cesta de consumo do trabalhador e que o salário recebido pelo trabalho do “chefe de família” possa comprá-la, se para alimentar-se com ela é necessária sua preparação e, portanto, alguém que se dedique a isso, enquanto o trabalhador vende seu tempo ao capitalista.

A despeito destas atividades estarem ocultas pela análise que Marx faz do custo de reprodução da força de trabalho, a família enquanto momento da totalidade cumpre um papel fundamental neste processo. Dito de outra forma, a mobilidade do trabalho, como condição do consumo da força de trabalho pelo capital nas unidades empresariais tendo em vista a “valorização do valor” por meio da produção de mercadorias, é também expropriação de seu tempo que lhe aparece na forma de um contrato de trabalho. Tempo expropriado que, não obstante parecer se reconciliar por meio da divisão social do trabalho e da dependência reificada, porque o trabalhador passa a consumir aquilo que antes produzia e muito mais, não lhe é suprimido totalmente, antes oculta-se parcialmente na esfera privada da família. À imposição do trabalho corresponderá a “cisão” entre duas esferas complementares e contraditórias, aquelas destinadas à valorização do valor por meio do trabalho e aquelas destinadas à reprodução daquele que personifica o

primeiro.

Diante desta cisão co-constitutiva do capital e do trabalho é que se estabelecerá (e se modificará) a compreensão daquilo que é trabalho e daquilo que é considerado não-trabalho na sociedade produtora de mercadorias, distinção não isenta de avaliações sociais e morais.

Na modernidade patriarcal são delegadas na mulher, ou seja, são-lhe atribuídas e projectadas nela, não só determinadas actividades, mas também sentimentos e qualidades (sensualidade, emotividade, fraqueza de entendimento e de carácter etc.). O sujeito masculino do iluminismo, que se apresenta como socialmente determinante para a força de se impor (na concorrência), para o intelecto (relativamente às formas de reflexão capitalista), para a força de carácter (na adaptação aos desaforos capitalistas), entre outras, [...] está ele próprio essencialmente estruturado sobre esta “dissociação” (Scholz, 2000, p. 5).

Ou seja, a separação entre produção e reprodução coloca uma questão para a interpretação produzida por Oliveira (2003), que pode ser formulada da seguinte maneira: se é possível que o tempo despendido na produção da casa seja analisado por meio da lente do tempo abstrato, por que aquele despendido na cozinha, ou na lavanderia, seja pela mulher e/ou filhos/as, não? Note-se, a despeito de tais tarefas domésticas implicarem na reprodução do trabalhador e sua família. Em outras palavras, “Cozinhar, lavar, passar, emendar, cuidar das crianças” (Durham, 2004, p. 243) também podem ser considerados tempos socialmente necessários à reprodução do trabalho e do capital¹.

Estas considerações a partir de Scholz (2005) nos ajuda a compreender um processo de autonomização entre as esferas privada e pública que desafia o primado da política reivindicado por Oliveira (2003a) pois nos ajuda a perceber que a cisão entre produção e reprodução provoca

¹ Por um lado, as implicações desta problemática que aqui provocamos, a partir de Scholz (2010) e das discussões realizadas em nossos estudos de grupo (Boechat; Heidemann; Toledo, 2012), não podem ser esgotadas no escopo desse artigo, especialmente aquelas que aludem às polêmicas em torno das questões de gênero em pauta atualmente. Por outro, não nos furtaremos a pontuar e criticar que a totalidade do trabalho reivindicada pelo marxismo tradicional (cf. Postone, 2014), em oposição à “totalidade negativa da relação de capital”, como fundamento da luta de classes, salvo engano, nunca deixou de ser androcêntrica, pois sempre teve como depositário desta totalidade a persona do trabalho. Em outras palavras, se a dominação de gênero em certas perspectivas marxistas foi reconhecida como momento da dominação do capital, a crítica do capitalismo “do ponto de vista do trabalho” (cf. Postone, 2014) acabou por descuidar do nexo entre este último e a dominação de gênero, uma vez que nestes o trabalho figura de maneira ontológica. O que não quer dizer aqui que restringimos nossa crítica à reivindicação de remuneração das atividades domésticas ou a superação da modernização incompleta, conservadora, renitente em Oliveira (2003). Nossa perspectiva neste artigo é aquela da crítica do valor e do trabalho, enquanto forma social de mediação negativa que deve ser alcançada pela crítica e abolida praticamente. Em especial porque a superação da modernização incompleta parece nos oferecer a nada atraente imagem familiar da mulher confinada ao âmbito privado, responsável somente pelas tarefas reprodutivas, enquanto seu marido, trabalhador assalariado, obtém os rendimentos capazes de garantir a reprodução de sua família em casas alugadas ou compradas a prestações. Mas podemos ainda aludir a duas imagens muito familiares ao *Ornitórrinco*: a mulher emancipada inserida no mercado de trabalho, contratando uma empregada ou faxineira para lhe servir e à sua família, já que seu salário, rebaixado com relação aos homens, junto ao de seu marido, lhes permitem pagar, geralmente outra mulher, incumbida das tarefas domésticas e sujeita a todas as relações de poder e humilhação daí decorrentes.

uma experiência cotidiana, ao menos do ponto de vista dos trabalhadores e suas famílias, no qual o mundo de fora parece não ter muito a ver com o que se vive dentro de casa. Talvez fosse possível dizer que estaríamos diante de duas territorialidades (Raffestin, 1993) diferentes, considerando as relações de poder que organizam a família, de um lado, e o trabalho, de outro. Tal problemática, ainda que não exposta nos termos aqui apresentados, pode ser encontrada na maneira como Éder Sader, em seu livro *Quando novos personagens entraram em cena – experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980* ([1988]1995) discutiu a família trabalhadora:

Se os sociólogos de inspiração marxista que só viram a família na sua “funcionalidade para o capital” pouco ligaram para os significados e movimentos produzidos no interior dela, nosso jovem metalúrgico, devotado à família e querendo ser útil à sociedade, pouco ligou para os significados e movimentos dessa sociedade, seus valores de uso e de troca (Sader, 1995, p. 104).

Escrito a partir de suas experiências de luta e organização junto aos trabalhadores moradores de periferia nas décadas de 1970 e 1980, importava a Éder Sader dar voz ao objeto estudado, na medida em que seus interlocutores estavam, historicamente, se tornando sujeitos políticos, contrariando as interpretações marxistas consagradas acerca da classe trabalhadora que, segundo o autor, havia disso historicamente representada como “completamente subjugada pela lógica do capital e pela dominação de um Estado onipotente” (Sader, 1995, p. 34). Interessava ao autor, informado por uma crítica ao vanguardismo presente na esquerda até então, ir em busca dos sujeitos empíricos, abandonando uma apreensão que ele denomina de “estrutural”, na qual a objetividade parece ser objetiva, reivindicando uma objetividade consubstanciada aos significados atribuídos pelos “atores” envolvidos nas relações sociais analisadas.

No que diz respeito ao objeto em análise aqui, a autoconstrução, o envolvimento de parentes na produção das moradias foi lido por Sader (1995) essencialmente como um “reforço dos laços familiares”, dado que a realização da casa “dependeu do esforço conjunto” (Sader, 1995, p. 112). Crítico dos marxismos que viram na autoconstrução somente sobretrabalho, a adesão à casa própria além de ser uma alternativa ao aluguel e uma estratégia de ter a “habitação como reserva de valor” (Sader, 1995, p. 111), também:

expressou um valor cultural profundamente arraigado e reafirmado: a busca de estabilidade contra as incertezas de mudanças não queridas, a segurança para a coesão familiar, o poder de organizar seu próprio espaço (Sader, 1995, p. 111).

Nesse contexto, a família é compreendida e experimentada como

contraposta ao anonimato das relações de troca e da burocratização dominantes na vida urbana, a família é sede de relações que valorizam cada pessoa. Embora submetida aos movimentos dominantes da reprodução capitalista, a família é sede de outros valores e princípios de funcionamento que não lhe são redutíveis (Sader, 1995, p. 101).

Por um caminho distinto daquele sugerido por nós, Sader (1995) reconhece a separação entre a esfera produtiva e a esfera privada, familiar, caracterizando-as como unidades que guardam lógicas próprias. Em suma a autoconstrução, para Sader, consubstancia um valor cultural próprio da classe trabalhadora urbana daquele momento histórico (formada majoritariamente por migrantes nacionais), um reforço dos laços entre os membros da família trabalhadora que, em sua particularidade, é sede de outros valores e princípios, os quais não poderiam ser reduzidos àqueles das relações de troca e da burocracia, embora estivessem submetidas aos movimentos dominantes da reprodução capitalista.

4 A METROPOLIZAÇÃO POR EXPANSÃO DE PERIFERIAS E A NÃO-AUTONOMIZAÇÃO ENTRE TERRA E TRABALHO

A polêmica apresentada aqui entre a interpretação de Oliveira (2003a) e Ferro, de um lado, e aquela de Sader (1995), de outro, sobre a prática da autoconstrução, a despeito de ser apresentada pelo último como um problema de ordem metodológica, uma vez que critica o marxismo estruturalista por apagar certos conteúdos fundamentais da reprodução social e submeter a unidade familiar à sua funcionalidade ao capital (crítica que poderia também ser endereçada a Scholz), defendemos a hipótese de que estas duas maneiras de ler o mesmo problema deita suas raízes na forma particular da modernização retardatária nacional e a correspondente metropolização de São Paulo. Vejamos.

O processo de metropolização por expansão de periferias guardou indiscutíveis semelhanças com um processo de colonização, a despeito das diferenças que guarda com esse último. Dizemos processo de colonização pois tal efetivamente se configurou como o avanço de uma fronteira urbana nos arredores da cidade de São Paulo em metropolização, destarte, de transformação da terra rural em terra urbana, corporificada, por exemplo, na relação estabelecida entre o tamanho das novas propriedades (os lotes) e o uso ao qual se destinava (o abrigo de uma unidade familiar). Em outras palavras a terra deixava de ter uso produtivo (agrícola), mesmo que residual, destinando-se a um uso estritamente reprodutivo, urbano. No entanto o uso do termo colonização para caracterizar o processo de formação dos loteamentos periféricos e formação da fronteira urbana deve ser tomado *cum grano salis*, já que a territorialização daquelas famílias trabalhadoras não se deu senão por meio de salários provenientes da venda das forças de trabalho de seus membros, ou seja, resultou do processo de aquisição da mobilidade do trabalho por parte do

contingente migrante que afluía à cidade de São Paulo, somando-se a isso a necessidade da mediação do dinheiro na aquisição dos lotes ofertados. Tanto a abertura dos diversos loteamentos que compõem o heterogêneo tecido urbano da metrópole de São Paulo, bem como o processo de juridificação (quando existente) e, por fim, a necessidade de mediação do dinheiro como forma de acesso à terra, desmentem a representação deste processo como de uma colonização fundada no próprio trabalho². Pelo contrário, de acordo com a bibliografia consultada e até aqui apresentada, a formação dos loteamentos periféricos, incluída aqui a autoconstrução, expressava a submissão de seus móveis a relações de trabalho fundadas na exploração do trabalho alheio, mais exatamente, a superexploração de suas forças de trabalho (Marini, [1973] 2011). Sem embargo, a aquisição destes lotes nus de terra exigia da parte de seus novos “proprietários” a necessidade de sua transformação em um valor de uso adequado ao novo uso especificamente urbano, ou seja, espaço de reprodução da família trabalhadora, daí a autoconstrução.

Como apresentado até aqui, aos olhos de Oliveira (2003a) a transformação qualitativa do lote de terra em moradia, diante da qual a família (e por vezes vizinhos e/ou ajudantes contratados) participava ativamente, figurava como um processo de trabalho, ao enfatizar sua dimensão abstrata na forma de trabalho excedente da unidade produtiva moderna que empregaria seu produtor, daí a menção que faz o autor ao desenvolvimento desigual e combinado, vinculando a autoconstrução à totalidade positiva do trabalho (Postone, 2014) constantemente expropriada pela classe dos capitalistas. Sader (1995), por sua vez, sem desconsiderar a relação apontada por Oliveira, se recusava a reduzir a prática da autoconstrução à sua expressão abstrata na forma da mais-valia absoluta (Marx, 1985a), ressaltando os valores familiares que se consubstanciavam ali, destarte enfatizando sua dimensão qualitativa. Diante da dualidade manifesta nestas duas formas de interpretação da mesma prática apresentamos em nossa tese (Giavarotti, 2017) a hipótese de que tal residia no caráter contraditório e não-autonomizado, ou seja, sem aparência de autonomia (cf. Marx, 1988) daquela forma de uso do espaço e do tempo (Seabra, 2003). Em outras palavras, a autoconstrução figurava aos olhos de Oliveira (2003a) como setor produtivo não-típicamente capitalista a compor a divisão social do trabalho nacionalmente circunscrita enquanto que aos olhos de Sader (1995), como unidade familiar, em nossos termos, “cisão” (Scholz, 2000), esfera complementar e contraditória de uma sociedade que tem o trabalho como forma de mediação social

² “A Economia Política confunde por princípio duas espécies muito diferentes de propriedade privada, das quais uma se baseia sobre o próprio trabalho do produtor e a outra sobre a exploração do trabalho alheio. Ela esquece que a última não apenas forma a antítese direta da primeira, mas também cresce somente sobre seu túmulo” (Marx, 1985b : p. 295).

(Postone, 2014). Em outras palavras, a falta de aparência de autonomia se expressava no fato de que a autoconstrução poderia ser entendida simultaneamente em registro familiar (concreto) e registro produtivo (abstrato), duplicidade que de alguma maneira parece ser corroborada por Ferro (2006). Para esse último o “pequeno proprietário urbano” (Ferro, 2006, p. 65) consubstanciado na família trabalhadora, poderia vir a auferir alguma renda à medida que seu espaço produzido se tornasse “excedente” (Ferro, 2006, p. 65) com relação às necessidades imediatas, parecendo aludir à lógica de (re)produção de uma suposta unidade camponesa, na qual a propriedade encontra-se fundada no próprio trabalho. Em suma, se do ponto de vista das relações de trabalho nas quais os membros das famílias do Jardim Ibirapuera por nós estudadas se encontravam inseridas era incontestável que a categoria de força de trabalho, portanto o próprio trabalho abstrato (Postone, 2014) havia se consolidado como relação social a submeter todas as relações sociais, tal não parecia inequívoco do ponto de vista da terra, da família e do “sobretalho” (Oliveira, 2003a, p. 59) envolvido na autoconstrução da moradia. Tais apareciam amalgamados na prática da autoconstrução como parte necessária dessa “espécie de reprodução ampliada da periferação” (Rodrigues e Seabra, 1986, p. 24), apresentando uma configuração na qual a instituição da propriedade fundada no trabalho alheio não parecia crescer sobre o túmulo daquela fundada sobre o “próprio trabalho do produtor”, a despeito de todas as diferenças já apontadas.

Derivamos desta particularidade do processo de metropolização de São Paulo que a industrialização de São Paulo à base da superexploração da força de trabalho, e apesar desta, ao mesmo tempo que proporcionaram maiores taxas de mais-valia para os capitais urbano-industriais, não deixaram de compor um fundo de acumulação do trabalho, na forma de propriedades fundiárias e imobiliárias nos arredores de São Paulo que, paulatinamente, foram se consolidando no tecido urbano. O que queremos salientar aqui é a qualidade particular de uma metropolização que, se não criou as condições para que o “tamanho e o peso da cadeia de ouro que o trabalhador forjou para si mesmo [lhe permitindo] reduzir seu aperto” (Marx, cap. 23, 1985b: p. 191) (na forma da moradia) resultasse do advento da mais-valia relativa como forma de exploração generalizada em âmbito nacional, tampouco confirmou, ou apenas de maneira de maneira oblíqua, a crise de subconsumo acusada pelos teóricos marxistas da dependência (cf. Marini, 2011), apontando para uma síntese distinta. A síntese especulada em nossa tese passava por discutir a autoconstrução nos termos de um processo não-simultâneo (Kurz, [2000] 2006) entre a formação da propriedade da terra urbana e a reprodução do trabalho, o que envolveu considerá-la como uma prática *necessária* ao processo de metropolização de São Paulo e não apenas como uma forma de reprodução da

classe trabalhadora determinada por uma política econômica de rebaixamento forçado dos custos de reprodução da força de trabalho, nos termos apresentados por Oliveira (2003a).

De nosso ponto de vista a adesão à autoconstrução precisa ser compreendida no registro das possibilidades de uma estratégia fetichista de reprodução (Giavarotti, 2012) dos trabalhadores urbanos recém migrados para São Paulo diante de uma dialética dos próprios desdobramentos críticos do capital e não apenas da sua expressão política. Apesar da leitura política de Oliveira sobre a modernização brasileira, seus apontamentos sobre a “industrialização tardia” (Oliveira, 2003a, p. 67) que teria ocorrido no país são de grande interesse para o esforço que estamos fazendo aqui.

De maneira breve a industrialização tardia refere-se à importação de capitais constantes altamente produtivos disponíveis “no nível do sistema mundial como um todo” (2003a, p. 67). Ainda segundo o autor, seria como a queima de etapas de um processo de modernização supostamente linear e endógeno ao território, provocando transformações importantes, especialmente na relação capital/trabalho. Para Oliveira, a modernização tardia provocou uma distância “irrecuperável” (2003a, p. 67) entre os rendimentos do trabalho e do capital, já que o aumento de produtividade do trabalho promovido pelas políticas industrializantes, especialmente a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) precipitou-se sobre uma dinâmica de reprodução ampliada do capital no qual o aumento do preço da força de trabalho derivaria do aumento de sua demanda pelo capital, determinada pela concentração do último (cf. Marx, 1984), movendo por sua vez o aumento da produtividade do trabalho via desenvolvimento das forças produtivas. Em outras palavras, a importação de capital constante altamente produtivo diminuiu drasticamente a demanda por trabalhadores, acarretando numa diminuição importante do preço da mesma, já que sua oferta aumentou relativamente. No entanto a leitura política do processo de modernização feita por Oliveira o levou à afirmação de que “o problema não é que o crescimento industrial não crie empregos – questão até certo ponto conjuntural” (2003, p. 67), já que o desdobramento lógico de um aumento da composição orgânica dos capitais é efetivamente a diminuição relativa do trabalho vivo nos processos produtivos. Em outras palavras, desativação estrutural de postos de trabalho na indústria, e não somente conjuntural (cf. Marx, 1984)³. Num contexto de “‘queima’ de etapas” (Oliveira, 2003, p. 67) o movimento contraditório apresentado por Marx tenderia a se agravar.

³ “com o crescimento do capital global na verdade também cresce seu componente variável, ou a força de trabalho nele incorporada, mas em proporção *continuamente decrescente*” (Marx, 1984, p. 199 – grifo nosso). Portanto Marx já atentava para uma dialética interna à reprodução ampliada do capital diante da qual “a população trabalhadora produz [...] em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa” (Marx, 1984, p. 200).

O que queremos dizer com isso é que o incremento populacional verificado em São Paulo entre os anos de 1940 a 1970 traduziu-se, além-muros fabris, numa superabundante oferta de trabalhadores (cf. Kowarick, 1999) concorrendo entre si pelos postos de trabalho, e, intramuros, na possibilidade de superexploração das forças de trabalho que se encontravam estrangidas a se reproduzirem doravante “de maneira atrofiada” (Marx, 1985, p. 250), ainda que as condições particulares da metropolização de São Paulo incluíssem a possibilidade de que essa massa de trabalhadores superexplorados se tornassem, como criticou Ferro (2006), pequenos proprietários urbanos, o que poderia ser pensado como o próprio processo de formação da propriedade da terra urbana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além da hipótese interpretativa sobre a autoconstrução que apresentamos aqui, a qual não poderá ser desdobrada de modo mais minucioso, mas que sugere que a dualidade presente em cada uma das interpretações reside na própria forma não-autonomizada das categorias de terra, trabalho e família no processo de metropolização de São Paulo, vale salientar também que cada autor, escrevendo em momentos históricos distintos da modernização nacional, encarnam aqueles contextos, ressaltando certos aspectos em detrimento de outros. Em outras palavras, observada a analisada pelo prisma da luta de classes no contexto da ditadura, a autoconstrução só poderia figurar como pura sujeição da classe trabalhadora sob o imperativo de um projeto político hegemônico pela burguesia que os transformou em meros objetos superexplorados, sem fala. Por outro lado, vista pela ótica do “projeto de vida” (cf. Sader, 1995), a autoconstrução figura como agenciamento do sujeito, lido sob o signo da emergência desses trabalhadores moradores de periferia no cenário político de democratização brasileira. Em outras palavras a emergência política desses grupos parecem terem marcado, a *posteriori*, a leitura de suas práticas cotidianas nas quais o que se evidencia não é mais a sujeição, mas o agenciamento cotidiano consubstanciado num projeto político que desaguaria na Nova República.

Entretanto tais leituras, no que guardam de fecundo, acabam por aceitar a naturalização da mercadoria como forma social de mediação, na qual tais agenciamentos e sujeições se encontram cingidos e articulados enquanto totalidade fragmentada (Scholz, 2010 [2010]), repousada sobre o fundamento contraditório da mobilidade do trabalho. O que significaria buscar apreender e criticar as questões envolvidas na discussão do trabalho e da autoconstrução enquanto formas de dominação social e não de dominação propriamente econômica ou política. Em outras palavras,

seria avançar na crítica daquilo que fundamenta, seja o agenciamento, seja a sujeição: a mobilidade do trabalho enquanto forma de mediação que confere nexos à reprodução social. Onde a crítica não se restringiria à caracterização de certas relações sociais tendo em vista a identificação das distintas formas adquiridas, em contexto nacional, de extração da mais-valia absoluta ou relativa, bem como as escolhas políticas entrelaçadas a tais expedientes, mas à forma de dominação exercida pela mediação social da mercadoria que, em seus desdobramentos contraditórios move uma crise do trabalho que também incide de maneira irreversível sobre as condições de acesso à moradia pelas classes trabalhadoras.

Tais problematizações nos ajudam a apresentar, por fim, a hipótese que guia esse estudo, a saber: de que a autoconstrução, no que guardou de ruído perante a teleologia própria da modernização, representa um dos aspectos, no que se refere à reprodução do trabalhador e sua família, convenientes para discutir a crise do trabalho no Brasil. Primeiro porque as modalidades de habitação a que os filhos, netos e outros migrantes chegados em São Paulo se viram compelidos a aquiescer, ao longo dos últimos 47 anos que separam esta apresentação do artigo de Oliveira (2003a), se mostram cada vez piores. Prova disso é o processo exponencial de favelização ocorrido em São Paulo desde a década de 1970.

O que queremos dizer com isso é que a autoconstrução em loteamentos periféricos, comprados à prestação, foi o melhor que a modernização retardatária brasileira pôde oferecer à classe trabalhadora, uma vez que, mesmo com salários rebaixados, puderam ter acesso à terra e tornarem-se pequenos proprietários urbanos. Prática esta que parece não ter deixado de existir na formação de uma miríade de diversas favelas, e creio, de outras periferias da metrópole de São Paulo, ainda que ao sentido original de tal prática tenha se somado um outro: a adaptação das casas em pequenos empreendimentos de baixa capitalização. Aspecto este que pareceria convergir com outro problema tematizado por Oliveira (2003a) em seu artigo, desdobrada da industrialização tardia, a saber: a expansão horizontal de serviços como estratégia de “*pôr fora* dos custos internos de produção fabris a parcela correspondente aos serviços” (2003a: 68). Particularidade que só guarda semelhança em sua aparência, uma vez que desde fins da década de 1980, sobretudo o trabalho vivo produtor de mais-valia vem sendo posto pra fora dos custos internos de produção, e não somente no Brasil, diga-se de passagem, movido pelo desenvolvimento exponencial das forças produtivas em escala mundial, proporcionada pela revolução microeletrônica.

Post festum, portanto, a ilusão histórica pode ser desmascarada, expondo cruelmente que a autoconstrução, assim como o incremento da expansão horizontal dos serviços, antes de

representarem os vícios de uma “modernidade incompleta”, eram propriamente a vanguarda de um processo de modernização imanentemente crítico e catastrófico.

6 BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Margarida Maria de. *Bairros Além-Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Móoca e Belenzinho*. 1991. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- BAENINGER, Rosana. “Crescimento da população na Região Metropolitana de São Paulo: desconstruindo mitos do século XX”. In: *São Paulo, novos percursos – Sociedade, cultura e política*. Orgs. Lúcio Kowarick e Eduardo Marques, Editora 34 e Centro de estudos da metrópole, São Paulo, 2011.
- BOECHAT, C. A. *O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista*. 2013. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil – Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. Editora Estação Liberdade: São Paulo, 2011.
- DAMIANI, Amélia Luisa. “A crise da cidade: os termos da urbanização”. In: DAMIANI, Amélia Luisa e CARLOS, Ana Fani Alessandri e SEABRA, Odette Carvalho de Lima (orgs.). *O espaço no fim de século – a nova raridade*. São Paulo, Ed. Contexto, 1999.
- _____. *Geografia e População*. Editora Contexto: São Paulo, 2011.
- FERRO, Sérgio. “A produção da casa no Brasil”. In: *Sérgio Ferro: Arquitetura e Trabalho Livre*. Org. Pedro Fiori Arantes. CosacNaify: São Paulo, 2006.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Estampa: Lisboa, 1977.
- GIAVAROTTI, Daniel Manzione. *O Jardim Ibirapuera da imposição à crise do trabalho*. Dissertação de mestrado. PPGH - FFLCH-USP, 2012.
- GIAVAROTTI, Daniel Manzione. *Eles não usam macacão: crise do trabalho e reprodução do colapso da modernização a partir da periferia da metrópole de São Paulo*. Tese de doutorado. PPGH - FFLCH-USP, 2018.
- HARVEY, David. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

JUNIOR, Wilson Martins Lopes e SANTOS, Regina Célia Bega dos. “Novas Centralidades na Perspectiva da relação Centro-Periferia”. In: *Sociedade e Natureza*, v. 21, n. 03, p. 351-359, Uberlândia, Dez. 2009.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Paz e Terra: São Paulo, 1993.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Paz e Terra: Rio de Janeiro 1993.

_____. *Ler Marx! – Os textos mais importantes de Karl Marx para o século XXI editados e comentados por Robert Kurz*, 2000. Fonte: <http://www.obeco-online.org/rkurz417.htm>. Acesso: 22 de julho 2018.

LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da grande São Paulo – Estudo de Geografia Urbana*. 1961. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência de Rio Claro da Universidade de Campinas, Rio Claro, 1961.

LANGENBUCH, Juergen Richard. “Os núcleos de colonização oficial implantados no planalto paulistano em fins do século XIX”. In: *Boletim Paulista de Geografia*, núm. 46, p. 88 – 106, dez/1971.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. *O campesinato do Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista*. 2015. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015a.

LENINE, V.I. *Imperialismo – fase superior do capitalismo*. Centauro Editora: São Paulo, 2010.

_____. “A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulamentação política”. In: *Os últimos combates*. Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

MARX, Karl. *O Capital – crítica da Economia Política*. Livro I, tomo I (volume I). Abril Cultural (Série “Os economistas”), São Paulo, 1985a.

_____. *O Capital – crítica da Economia Política*. Livro I, tomo II (volume I). Abril Cultural (Série “Os economistas”), São Paulo, 1985b.

_____. *O Capital – crítica da Economia Política*. Livro III, tomo II (volume V) (volume I). Abril Cultural (Série “Os economistas”), São Paulo, 1986.

_____. *O Capital – crítica da Economia Política*. Livro III, tomo I (volume IV). Abril Cultural (Série “Os economistas”), São Paulo, 1988.

MARINI, Rui Mauro. “Dialética da dependência”. In: *Ruy Mauro Marini – vida e obra*. Org. STEDILE, João Pedro e TRASPADINI, Roberta. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2011.

MARTINS, J. S.; LANGENBUCH, R. J.; BONDUKI, N. “Depoimento”. In: *Revista Espaço e*

Debates: a periferia revisitada, núm. 42, São Paulo, 2001.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio – Vida Cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano do fim do Império ao fim da República Velha*. Prefeitura de São Caetano e Editora Hucitec: São Paulo, 1992.

MARICATO, Ermínia. “Autoconstrução, a arquitetura possível”. In: *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. Editora Alfa-Ômega: São Paulo, 1982.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza – São Paulo, 1845 – 1895*. Editora Hucitec: São Paulo, 1990.

MONBEIG, Pierre. “O crescimento da cidade de São Paulo”. In: *História econômica da cidade de São Paulo*. Org. Tamás Szmrecsány. Editora Globo: São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. Editora Boitempo: São Paulo, 2003.

_____. “O Estado e o urbano no Brasil”. In: *Revista Espaço e Debates*, núm. 6. Cortez Editora e Livraria Ltda: São Paulo, 1983.

_____. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1977.

_____. “O vício da virtude – autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil”. In: *Novos Estudos – CEBRAP*, núm. 74, São Paulo, 2006.

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social*. Editora Boitempo: São Paulo, 2014

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Evanice Maria. *A política de imigração no primeiro reinado: os núcleos coloniais de Itapecerica e Santo Amaro*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, FFLCH/USP, São Paulo, 1997.

_____. *Os alemães nos núcleos coloniais de Santo Amaro e Itapecerica da Serra (1831/1914)*. Tese de Doutorado em História, FFLCH/USP, São Paulo, 2002.

RODRIGUES, A. M.; SEABRA, M. “Habitação e espaço social na cidade de São Paulo”. In: *Boletim Paulista de Geografia da Associação dos Geógrafos do Brasil*, núm. 64, São Paulo, 1986.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena – Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Ed. Paz e Terra: São Paulo, 1995.



- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. “Territórios do uso: cotidiano e modo de vida”. In: *Revista Cidades*. v. 1, n. 2. Presidente Prudente, São Paulo, 2004.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. “São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Geografias de São Paulo 1 – Representação e Crise da Metrópole*. Editora Contexto, São Paulo, 2004.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Urbanização e Fragmentação – Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro do Limão*. Livre Docência. PPGH, 2003, FFLCH-USP.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. “Urbanização – bairro e vida de bairro”. In: *Travessia – revista do migrante*. Publicação do CEM, ano XIII, núm. 38, set-dez 2000, São Paulo.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Os meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado. PPGH - FFLCH-USP, 1987
- SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: Vida Quotidiana dos Imigrantes Germânicos na Região da Capital (1827 - 1889)*. Coleção teses e monografias vol. 6. Editora Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado: São Paulo, 2003.
- SCHOLZ, Roswitha. “Forma social e totalidade concreta”. In: *Revista Exit!*, n. 6, 2009. Disponível em <<http://o-beco.planetaclix.pt/roswitha-scholz12.htm>>. Acesso em: 5 dezembro 2014.
- TOLEDO, Carlos de Almeida. *A região das Lavras Baianas*. PPGH - FFLCH-USP, São Paulo, 2008.